

QUEM ERAM OS “NEGROS DO PALMAR”?\*

*Silvia Hunold Lara*

Lá pelo início da década de 1990, em um dos seminários vespertinos do Programa de Pós-Graduação da Unicamp, discutíamos as pesquisas recentes sobre a história da escravidão no Brasil. Creio que Sidney Chalhoub estava apresentando seu trabalho – talvez já tivesse publicado *Visões da liberdade* –, mas a conversa havia se generalizado e Robert Slenes fez um comentário que nos marcou a todos: “Vocês falam dos escravos como sujeitos de suas ações, mas não se preocupam com o modo como eles pensavam e agiam; estranhamente, tratam os escravos como se eles fossem noruegueses”. Brincando com sua própria ascendência, ele também alertou que não adiantava simplesmente dizer que os cativos eram “africanos”, pois havia muitas Áfricas no Brasil escravista.

Sem dúvida, grande parte do investimento historiográfico feito nas últimas décadas foi dedicada a conhecer a experiência escrava, em suas mais diversas dimensões. Os estudos avançaram tanto nessa área que, hoje em dia, é praticamente impossível tratar de qualquer aspecto da história da escravidão no Brasil sem levar em conta os grupos de procedência dos cativos e o modo como tradições, valores e práticas trazidos da África foram (ou não) incorporados à experiência do cativo em terras americanas. Cada vez mais, as diferenças entre os desterrados pelo tráfico e os nascidos no Brasil, e entre os recém-chegados e aqueles que estavam nas senzalas havia mais tempo – assim como a presença de outras hierarquias no interior da comunidade escrava – constituem elementos importantes para as análises. Do mesmo modo, as raízes que tantos

\* Esta pesquisa conta com o financiamento de uma bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq e fez parte do Projeto Temático “Trabalhadores no Brasil: identidades, direitos e política (séculos XVII a XX)”, apoiado pela Fapesp, de agosto de 2007 a julho de 2012.

homens e mulheres tinham no continente africano e o modo como elas se fizeram presentes nas Américas e foram repassadas a seus filhos e netos estão mais e mais no centro das investigações e de muitos debates entre os estudiosos.

As pesquisas e os textos de Robert Slenes foram e são peças fundamentais desse movimento historiográfico. Elas não apenas abriram caminhos interpretativos para compreender as experiências dos centro-africanos trazidos como escravos para o Sudeste do Brasil no século XIX, como também desvendam procedimentos metodológicos importantes para a investigação das relações entre as experiências dos africanos na África Central e no Brasil. Esse artigo é inspirado por suas pesquisas e textos e trata de um tema que vem me ocupando bastante nos últimos anos.

Começo por revisitar o debate sobre as “origens africanas” de Palmares, iniciado com a obra de Nina Rodrigues, para realizar um balanço dos termos em que a questão tem sido formulada pela historiografia. Em seguida, procuro responder à pergunta que dá título a este texto por meio da análise do modo como os “negros do Palmar” foram descritos e identificados pelas autoridades coloniais e metropolitanas ao longo do século XVII. Este caminho me leva a dialogar com as teses mais recentes a respeito das características dos mocambos e a propor uma reavaliação da história política dos Palmares.

### Gente bantu, gente de Angola

Raimundo Nina Rodrigues, o primeiro autor a se debruçar com mais atenção sobre as “origens africanas” dos Palmares, recolheu e cotejou evidências sobre práticas religiosas, nomes próprios, costumes e tradições, para concluir que Palmares era “uma criação exclusivamente bantu”, na qual predominavam os angolas.<sup>1</sup> Apoiado em um cabedal de conhecimentos sobre a experiência africana até então ausente na historiografia, ele procurou colocar um ponto final em alguns debates que se haviam desenvolvido no interior dos Institutos Históricos nos quais apareciam dados esparsos sobre a procedência bantu de alguns nomes palmarinos.<sup>2</sup> Para esse autor, mesmo que não houvesse só negros e que

<sup>1</sup> Rodrigues, 1977, pp. 88-90.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Varnhagen, 1962, p. 258. O autor, com base no *Dicionário abreviado da língua conguesa*, de Cannecatim, já havia indicado a procedência bantu do nome Zambi, assim como das expressões *Gana*, *Iomba*, *Gana Zona* e *Ganga Zumba*.

nem todos os habitantes de Palmares fossem africanos, a presença bantu exercia uma indiscutível “influência diretora”, e seus habitantes reproduziam “as tradições da organização política e guerreira dos povos bantos”.<sup>3</sup>

Entretanto, apesar de interessado em afirmar a importância da África no processo de formação da nação,<sup>4</sup> sua avaliação da história de Palmares não era positiva. Ele reconhecia que Palmares era “um caso especial e sem exemplo na história dos povos negros”, mas concluía que haviam voltado “à barbárie africana” e que sua destruição teria aberto caminho para a “civilização do futuro povo brasileiro”.<sup>5</sup> Tal avaliação certamente estava pautada na comparação entre bantus e sudaneses, muito frequente em seus textos, com a balança sempre pendendo para os segundos em detrimento dos primeiros.

Escrevendo em 1939, Arthur Ramos seguiu as pegadas do mestre, partilhando do interesse em valorizar a cultura negra no Brasil. Menos africanista em suas análises, Ramos considerou Palmares um “verdadeiro estado negro, no Brasil, em pleno século XVII”, mas, contrariando Nina Rodrigues, avaliou que este constituía um “exemplo de organização política e econômica” que podia ser qualificada de “perfeita”, e na qual se “evidencia[v]am as capacidades de liderança, de administração, de tática militar, de espírito associativo, de organização econômica, de constituição legislativa [...] do negro brasileiro”.<sup>6</sup>

Para além da avaliação positiva ou negativa da contribuição de Palmares para a história do Brasil, no início do século XX a questão de suas origens africanas aparecia discutida no quadro maior dos debates sobre o impacto da presença negra na cultura brasileira.<sup>7</sup> Eram a nação e a identidade brasileiras o centro das atenções e, apesar da importância do artigo de Rodrigues para a historiografia específica sobre Palmares, o tema ocupa um papel secundário em sua avaliação e na de Ramos.

Com a publicação da obra de Edison Carneiro, em 1947, Palmares passou a ser um tema estudado por si mesmo e o debate ganhou novos elementos. Reaparece aqui a ideia de que Palmares era “um Estado negro à semelhança dos muitos que existiram na África, no século XVII”,<sup>8</sup> mas ele se torna um exemplo

<sup>3</sup> Rodrigues, 1977, pp. 89 e 93.

<sup>4</sup> Ver, para um panorama amplo sobre o tema, Guimarães, 1999, especialmente cap. 3.

<sup>5</sup> Cf. Rodrigues, 1977, pp. 71-93.

<sup>6</sup> Ramos, 1939, pp. 122-123.

<sup>7</sup> Para um panorama sobre os significados dos quilombos para a historiografia e o movimento negro no Brasil, ver Gomes, 2005b, pp. 25-32. Cf. também, do mesmo autor, 1996, pp. 197-221.

<sup>8</sup> Carneiro, 1958a. As expressões citadas encontram-se em Carneiro, 1958b, pp. 13-25.

da “reação do homem negro contra a escravidão”. Por meio da “reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos”, os quilombos eram “um fenômeno *contra-aculturativo*, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos.”<sup>9</sup> Apesar dessa ênfase, porém, a abordagem não trazia maiores detalhes sobre os elementos africanos presentes em Palmares. Na sua análise, a vertente que depois foi chamada de “culturalista” adquiria uma abordagem militante e engajada, claramente vinculada a posições políticas de esquerda.

Durante muito tempo, o texto de Carneiro constituiu a principal referência para os que queriam conhecer a história de Palmares, no Brasil e no exterior,<sup>10</sup> tanto para os que concordavam com suas posições, como até mesmo para aqueles que se afastavam de suas escolhas políticas, como Mário Martins de Freitas. Escrevendo em 1954, este último introduziu novidades no debate, ao afirmar que os primeiros habitantes dos Palmares seriam *jagas*.<sup>11</sup> A análise procurava, assim, oferecer mais informações, mas é confusa, pois o autor chama de *jagas* a “belicosa tribo indomável do *sobado* do famoso Ngola Nbandi”.<sup>12</sup> De qualquer modo, esse foi o primeiro autor a dizer que os habitantes de Palmares teriam constituído no sertão de Pernambuco um *sobado*, ao qual se somaram outros, no tempo da invasão holandesa, governados por um rei “cuja autoridade repousava no sangue da casta sagrada dos *jagas*”. Com o tempo, teria se desenvolvido uma organização mais centralizada, e o rei tomara “o título militar de *Ganga Zumba*,<sup>13</sup> comandante geral de todas as forças que foram distribuídas pelas *embalas* e com comandantes subordinados ao alto comando”.<sup>14</sup>

Na década de 1950, a historiografia brasileira sobre Palmares começou a abandonar a discussão sobre as origens africanas de Palmares. Aos poucos e com força, a partir dos anos 1960, foi a resistência dos escravos diante da escravidão, bem como a luta dos cativos pela liberdade, que ganhou relevância

<sup>9</sup> Carneiro, 1958b, p. 14.

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Diggs, 1953. O artigo é praticamente um resumo da obra de Carneiro, fato explicitamente reconhecido pela autora (p. 64).

<sup>11</sup> Freitas, 1988. *Jaga* era o nome dado pelos portugueses aos grupos Imbangala.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 162. A confusão deriva do fato de o mencionado Ngola ser um governante do Ndongo e não dos Imbangala.

<sup>13</sup> Há grande disparidade nas formas de anotar os nomes palmarinos na documentação e na bibliografia. Reproduzo neste texto o modo como foram escritos pelos diversos historiadores e tal como aparecem nas fontes manuscritas, registrando-os aqui sempre em itálico.

<sup>14</sup> Freitas, 1988, p. 171.

historiográfica.<sup>15</sup> Mais que as características contra-aculturativas salientadas por Edison Carneiro, os autores que escreveram sobre Palmares nos anos 1950 e 1960 passaram a valorizar o “protesto escravo” – agora entendido em termos classistas. Para Clóvis Moura<sup>16</sup> e Benjamin Péret,<sup>17</sup> por exemplo, a resistência escrava era uma das formas que a luta de classes havia assumido no Brasil. A negação do cativo explicava as fugas e os quilombos, e Palmares teria sido o mais duradouro e extenso dos “movimentos dos cativos contra a escravidão” – e o que “maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado”.<sup>18</sup> Seu estudo fornecia uma lição exemplar para os militantes de esquerda, e seus líderes passaram a ser avaliados segundo seu potencial revolucionário.<sup>19</sup>

Assim, enquanto a senda libertária e militante aberta por Carneiro foi fortalecida nos anos 1950 e 1960, a ênfase nos aspectos culturais ou étnicos foi perdendo importância diante dos significados políticos que a história palmarina, cada vez mais, adquiria.<sup>20</sup> O debate sobre as origens africanas de Palmares foi retomado em 1965 por Raymond Kent, um jovem historiador formado pela relativamente nova historiografia africanista norte-americana.<sup>21</sup> Kent refutou a tese de Martins Freitas de que os *jagas* teriam sido os fundadores de Palmares ou teriam constituído sua dinastia governante. Para ele, baseado em análises linguísticas, a maioria dos “palmaristas” teria vindo “do perímetro Congo-Angola”. Desde 1580, Angola se tornara o grande fornecedor de escravos, o que significava que os fundadores de Palmares, embora não pertencessem a nenhum subgrupo bantu específico, constituíam um “amálgama” no qual os crioulos eram poucos.<sup>22</sup> Ao adaptar vários modelos africanos, Palmares teria aos poucos se tornado mais crioulo em função dos nascimentos e dos novos fugitivos: isso significava que um sistema político africano podia ter sido transferido para outro continente e ali tinha sido capaz de governar “não apenas indivíduos de vários grupos étnicos africanos, mas também os nascidos no

<sup>15</sup> O quilombo foi referência importante para movimentos antirracistas que tinham fortes traços culturalistas, como no caso do quilombismo de Abdias do Nascimento. Como não implicaram uma análise histórica de Palmares, deixo de tratar deles neste texto. Sobre o tema, ver Nascimento, 1980.

<sup>16</sup> Moura, 1972.

<sup>17</sup> Péret, 2002.

<sup>18</sup> Moura, 1972, p. 179. Ver também, na mesma direção, Luna, 1976, e Goulart, 1972.

<sup>19</sup> Péret, 2002, especialmente “Ensaio de interpretação”, pp. 113-137.

<sup>20</sup> Luna, 1976, e Goulart, 1972.

<sup>21</sup> Kent, 1965.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 166.

Brasil, muito negros ou quase brancos, latinizados ou próximos de raízes ameríndias”, além de resistir por quase um século inteiro a dois poderes europeus.<sup>23</sup>

Para Kent, assim como para outros autores que estudavam os quilombos nas Américas na década de 1960, Palmares era um fenômeno interessante, pois permitia observar a “recriação de sociedades africanas num novo meio”, constituindo uma demonstração da “vitalidade da arte tradicional africana de governar os homens”.<sup>24</sup> Essa vitalidade, profundamente centro-africana no caso de Palmares, fazia com que esse autor retomasse a avaliação de Nina Rodrigues para inverter seu significado. Palmares esteve próximo de alterar a história subsequente do Brasil: se não tivesse sido destruído, os portugueses, instalados no litoral, provavelmente teriam que enfrentar, no século XVIII, muitos estados africanos independentes no interior do Brasil.<sup>25</sup> Era, portanto, a presença da África que, para esse historiador, garantia uma avaliação positiva da força simbólica de Palmares na história brasileira.

Seu artigo, que nunca foi traduzido para o português, teve pouca importância para a historiografia brasileira posterior. A obra de Décio Freitas, publicada em 1973, revista e ampliada várias vezes até sua quinta edição em 1985, tornou-se a grande referência para a história de Palmares.<sup>26</sup> Seu livro se constrói como um esforço crítico destinado a reparar os erros do “revisionismo histórico”, que ignorara a resistência escrava, e a descrever o ímpeto de uma luta que poderia servir de exemplo para militantes e revolucionários. Seguindo as pegadas de Carneiro, Moura e Péret, Freitas alargou e aprofundou o caráter épico da história de Palmares, entendido como “a manifestação mais eloquente do discurso antiescravista dos negros brasileiros nos quase três séculos da escravidão”.<sup>27</sup>

Longe da produção africanista que se desenvolvia a partir da década de 1960 e baseado na constatação de que era “confuso o quadro étnico e cultural da massa escrava”, esse autor considerava Palmares um “complexo composto étnico”, em que se misturavam negros de diferentes origens, índios, mulatos e até brancos. Assim, Palmares não tinha por base “quaisquer tradições culturais

<sup>23</sup> *Idem*, p. 175.

<sup>24</sup> *Idem*, pp. 162 e 175.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 174.

<sup>26</sup> Freitas, 1984.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 210.

comuns aos escravos”: segundo Freitas, era uma sociedade sincrética, na qual o que havia em comum “era a desgraça [...] um vínculo de classe”.<sup>28</sup>

Nos anos 1980, foi novamente um norte-americano a retomar o debate que, de certo modo, havia sido interrompido no Brasil.<sup>29</sup> Stuart B. Schwartz também situou as fugas e os mocambos num quadro maior de resistência dos escravos, mas considerou que as comunidades de fugitivos tinham “raízes em algumas formas tradicionais africanas de organização política e social” e combinavam “tais formas com aspectos da cultura europeia e adaptações especificamente locais”.<sup>30</sup> Seu artigo trazia, porém, uma contribuição importante para o debate, ao comparar as formas de organização militar e política dos quilombos com aspectos semelhantes que estavam sendo investigados por alguns estudiosos da história centro-africana, em especial por Joseph Miller.<sup>31</sup>

Segundo Schwartz, os vários mocambos de Palmares ecoavam formas políticas e sociais africanas, formando “um único reino neoafricano”.<sup>32</sup> O termo é importante, pois contém uma crítica às abordagens etnográficas centradas em “identidades étnicas ou culturais específicas”, que muitas vezes adotam categorias como “angola” ou “congo” – na verdade mais invenções coloniais do que resultado de processos identitários propriamente africanos.<sup>33</sup> Seu objetivo era pensar como as diferenças culturais entre os escravos haviam sido integradas, do ponto de vista político e militar, considerando modelos africanos.

A chave para decifrar o enigma estava nos *kilombos* Imbangala, sociedades rituais que haviam permitido que guerreiros centro-africanos mantivessem coesão social, religiosa, política e militar, ao invadir a região de Angola ao longo do século XVII. Eram um poderoso instrumento militar, que integrava povos desiguais e sem ancestrais comuns. Com rituais próprios, uniam e integravam homens que não estavam ligados por laços de parentesco nem por deuses ancestrais e que passavam a viver em acampamentos, de guerras e conquistas. Com o tempo, dois estados haviam se formado na região centro-africana,

<sup>28</sup> *Idem*, pp. 40-42. A perspectiva analítica de Freitas foi aprofundada pela obra de Ivan Alves Filho, na qual Palmares (“nossa primeira luta de classes”) aparece como “uma alternativa à sociedade oficial”, uma primeira tentativa de romper com a ordem colonial, por meio da qual os escravos conseguiram construir “um mundo fraternal e livre”, que marca o início da luta pela abolição. Alves Filho, 1988, pp. XII-XIII.

<sup>29</sup> Schwartz, 1988. Esse artigo ganhou uma nova versão, traduzida para o português em 2001.

<sup>30</sup> *Idem*, 2001, p. 245.

<sup>31</sup> Miller, 1976.

<sup>32</sup> Schwartz, 2001, p. 245.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 248.

resultado do contato entre os Mbundo e os Imbangala: os reinos de Matamba e Kassange.<sup>34</sup> O termo quilombo aparecia na documentação portuguesa tanto para designar o *kilombo* Imbangala quanto os reinos de Matamba e Kassange. Como bem observa Schwartz, se os fundadores de Palmares se inspiraram no *kilombo* Imbangala para a formação de sua sociedade, “sua versão dele era incompleta ou, pelo menos, uma variante do modelo original”.<sup>35</sup>

Assim, para Schwartz, havia em Palmares instituições centro-africanas específicas que podiam ter sido fonte de inspiração e que talvez tenham sido adaptadas e transformadas. Não se tratava mais de sobrevivências ou heranças africanas, nem de uma nova cultura. Ele procurou compreender como a marca africana nas ações dos escravos podia ser compatível com a diversidade étnica dos cativos e com os desafios vividos por eles na América. Além dos aspectos mais amplos da cultura, havia em sua análise elementos mais amplos, ligados a estratégias políticas africanas. O que estava em jogo era uma cultura política: uma experiência africana de integração de povos diversos e de geração de solidariedades que também era empregada na América.<sup>36</sup>

Apesar da importância da contribuição analítica do artigo de Schwartz, poucos seguiram os caminhos abertos por ele. A associação entre o *kilombo* Imbangala e o “quilombo” de Palmares foi frequentemente mencionada pelos estudiosos, agregando-se à prevalência das interpretações militantes de Freitas, mas não deu início a novas discussões sobre as origens africanas de Palmares na historiografia brasileira.<sup>37</sup> Ela serviu, entretanto, de inspiração para Robert N. Anderson,<sup>38</sup> que revisitou o texto de Kent e aprofundou os argumentos desenvolvidos por Schwartz.

Anderson criticou o uso das fontes e as transcrições das principais narrativas sobre Palmares feitas por Kent, mas retomou parte de seus argumentos explorando as relações entre as tradições centro-africanas e palmarinas ao examinar nomes e aspectos políticos. Negou, entretanto, que os mocambos pudessem ser considerados um reino centralizado conforme algum modelo centro-africano. Concordando com Schwartz, ponderou que, ainda que certas

<sup>34</sup> *Idem*, pp. 251-254.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 254.

<sup>36</sup> Essa perspectiva se baseava em análises de mecanismos semelhantes e de instituições africanas, como as realizadas por Kopytoff, 1987, e desenvolvidas por Palmié, 1993a e 1993b. Schwartz leu esses dois últimos artigos antes de serem publicados definitivamente, como *papers* escritos em 1988 e 1989. Cf. Schwartz, 2001, pp. 245 e 249.

<sup>37</sup> Esse argumento foi recentemente retomado por Souza, 2012.

<sup>38</sup> Anderson, 1996.

tradições bantus pudessem estar presentes em topônimos, títulos e outros aspectos culturais, a inspiração do *kilombo* Imbangala teria predominado, por ser capaz de unir gente de diferentes origens étnicas para fins de sobrevivência material e enfrentamentos militares. Todavia, considerando a composição heterogênea da população de Palmares e os traços sincréticos na religião e em aspectos do cotidiano (como no vestuário), especialmente a partir da segunda metade do século XVII, seu artigo reforçou a tese de uma cultura fortemente “crioulizada” (ou afro-brasileira) em Palmares. Esse foi também o ponto de vista defendido pelas pesquisas de Pedro P. Funari, Charles Orser Júnior e Scott Joseph Allen, que, baseados em estudos arqueológicos, defenderam a tese da existência de uma população multiétnica em Palmares.<sup>39</sup>

Enquanto a historiografia brasileira continuou a enfatizar a crioulização ou a reinvenção das várias “faces africanas” em Palmares, ou a conectar sua história à saga da resistência escrava em perspectiva nacional, hemisférica ou atlântica,<sup>40</sup> o debate acerca das origens africanas de Palmares foi retomado por John K. Thornton, em 2008, em novos termos.<sup>41</sup>

Segundo Thornton, a preponderância significativa de africanos oriundos de Angola na população escrava em Pernambuco a partir do final do século XVI ofereceu a Palmares uma base demográfica e cultural relativamente homogênea. A “onda angolana” que levou às costas da América milhares de escravos saídos de Luanda atingiu Pernambuco com intensidade, fazendo com que a população africana dessa região fosse constituída por mais de 90% de escravos centro-africanos – o que lhes conferia predominância significativa, mesmo havendo africanos de outras nações, indígenas e até europeus entre os habitantes de Palmares. Poucos deles seriam Imbangala, gente temida entre os habitantes dos reinos Mbundo e Kongo, por seus costumes terríveis, como o canibalismo, o roubo de provisões e de crianças, a devastação de recursos naturais e, especialmente, pelo papel que desempenhavam na escravização de pessoas nessa região.

Por isso, ele recusa a ideia de qualquer inspiração Imbangala e, revisitando a tese de Kent acerca de um reino africano, conclui tratar-se de um estado centralizado. Esse estado teria se formado por volta de 1630-1640, resistido às

<sup>39</sup> Funari, 1996; Allen, 1998; Orser & Funari, 2001.

<sup>40</sup> Para uma síntese dessa última perspectiva, ver Gomes, 2005. Cf. também Miller, 2011, especialmente pp. 37-39.

<sup>41</sup> Thornton, 2008.

campanhas do final da década de 1670 e, depois, até os anos 1690, era um “estado sólido completo, que comandava as atividades de dezenas ou mais acampamentos [...] que chegou a desafiar a autoridade portuguesa no Nordeste do Brasil”.<sup>42</sup> O poder e a autoridade estavam concentrados nas mãos de uma oligarquia que tinha capacidade de organizar a população e mobilizá-la para a guerra; havia hierarquia e, a partir dos anos 1670, uma dinastia real baseada em laços consanguíneos (biológicos ou eletivos) presidia provavelmente uma distribuição desigual do trabalho e da riqueza. Sólido e estável, esse estado foi capaz de sobreviver à tomada do poder por Zumbi por volta de 1680 e, especialmente, à sua morte em 1695, até desaparecer por volta de 1705 (ainda que lideranças posteriores de mocambos na região continuassem a reivindicar o título de “senhores de Palmares”).

Os títulos e outros costumes descritos na documentação sugerem, segundo Thornton, ter havido empréstimos de modelos centro-africanos. Diferentemente, porém, dos estados do Ndongo e do Kongo, hierarquizados e estratificados, a organização política de Palmares teria se inspirado nos exércitos centro-africanos. Vindos de uma região que vivia em guerra quase permanente, muitos dos habitantes de Palmares devem ter sido soldados em algum momento de suas vidas. Do mesmo modo que do outro lado do Atlântico, a solidariedade e a identidade forjadas nos combates pela liberdade somavam-se à liderança de membros escravizados das elites de diversos estados centro-africanos. A necessidade de defesa, a aliança entre grupos vizinhos e o desenvolvimento de uma classe de escravos produtores de riqueza a serviço de uma realeza em expansão deram, então, origem a instituições estatais que seguiam tradições dos estados angolanos. Mas, ao mesmo tempo, tratava-se de “uma formação política de um tipo novo, que possuía referências no modelo angolano e no qual os dirigentes angolanos poderiam talvez ter gozado de um estatuto mais elevado, mas que não era idêntico a nenhum dos estados angolanos de que tivesse surgido”.<sup>43</sup>

Em um segundo artigo, mais recente, Thornton retomou seu argumento, reforçando a importância da invasão holandesa para a formação de Palmares. Além da predominância populacional proporcionada pela “onda angolana”, a desorganização provocada pela ocupação holandesa e pela resistência portuguesa ofereceu oportunidade para a fuga de muitos escravos, possibilitando a formação de dois reinos, que depois se fundiram e cresceram “até atingir a

<sup>42</sup> *Idem*, p. 771. Ver também pp. 772-774.

<sup>43</sup> *Idem*, p. 797.

complexidade descrita em 1678” por um cronista.<sup>44</sup> Foi assim que a organização política de Palmares, originada de “necessidades militares” de defesa contra os ataques dos colonizadores portugueses, conseguiu desenvolver “os aspectos formais do Estado a partir do respeito característico imposto pelos governantes que falavam Kimbundu”, sendo capaz de coordenar e unir comunidades em uma organização estatal.<sup>45</sup>

Como se pode observar, ao longo de quase um século, o debate sobre as origens africanas de Palmares se transformou bastante. O volume de fontes foi progressivamente ampliado e as referências analíticas tornaram-se mais precisas. De um modo geral, todos os autores concordam quanto à proveniência centro-africana dos fugitivos que se juntaram em Palmares – embora deem significados diversos a ela. Da constatação genérica de Rodrigues acerca da procedência bantu à análise mais detalhada de Thornton, no entanto, há mais do que o próprio desenvolvimento da historiografia africanista. Com exceção das interpretações engajadas, que negam ou subestimam o peso da cultura centro-africana em prol de uma abordagem eminentemente classista, o conhecimento mais apurado sobre a África se fez acompanhar pelo maior detalhamento nas pesquisas sobre o tráfico negreiro e a população escrava nas Américas, no Brasil e em Pernambuco.

A documentação sobre o tráfico no século XVII é mais rarefeita do que para períodos posteriores, tornando a Base de Dados que sistematiza informações sobre as viagens dos navios negreiros<sup>46</sup> um instrumento de pesquisa menos confiável para esse período. Com os estudos de Joseph Miller sobre as zonas de escravização<sup>47</sup> e a obra de Linda Heywood e John Thornton sobre as zonas de crioulanização e sobre as guerras na região centro-africana,<sup>48</sup> no entanto, é possível conhecer bem mais a proveniência dos africanos que aportaram como escravos em Pernambuco.

Desde por volta de 1580, a maior parte do tráfico negreiro que se dirigia para as costas do Brasil (e para as Américas) partia dos portos exportadores da África Central, primeiro Mpinda e depois Luanda. Ao longo do século XVII, os escravos de Angola representavam cerca de 50% a 60% de todo o tráfico

<sup>44</sup> *Idem*, 2010, p. 51.

<sup>45</sup> *Idem*, pp. 56-57.

<sup>46</sup> *Eltis et al.*, 1999.

<sup>47</sup> Miller, 1988. Ver, mais recentemente, Miller, 2002.

<sup>48</sup> Heywood & Thornton, 2007.

negreiro realizado pelos europeus.<sup>49</sup> Conforme o ritmo das guerras na África Central, saíam dessa região entre 9 mil e 12 mil escravos por ano, chegando em ocasiões excepcionais até a 15 mil por ano.<sup>50</sup>

Até o governo de Manuel Pereira Forjaz (1607-1611), eram as caravanas que podiam atingir regiões longínquas a leste e ao sul de Luanda que abasteciam o comércio negreiro. A partir do governador Bento Banha Cardoso (1611-1615), as guerras bem-sucedidas na região a leste de Luanda resultaram na escravização de milhares de pessoas – prisioneiros de guerra ou escravos que faziam parte dos tributos pagos pelos reinos avassalados. Seus sucessores guerrearam tanto ao norte de Angola, na região dos Dembos, entre o Ndongo e o Kongo, como ao sul, em Benguela. A tentativa de estabelecer um domínio mais efetivo em Benguela fracassou em 1617, e essa região tornou-se apenas um entreposto para o comércio local, não um porto de abastecimento para o tráfico atlântico.<sup>51</sup> Os governantes portugueses contaram muitas vezes com o auxílio dos Imbangala em suas ofensivas militares. Mas eles também rompiam as alianças, passando a agir por conta própria ou se aliando aos inimigos dos colonizadores. Saqueando as áreas entre os rios Kwanda e Kwilu, os Imbangala venderam milhares de escravos para os portugueses.

Na primeira metade do século XVII, o planalto do Ndongo e em seguida o vale do rio Kwango eram o principal cenário das guerras destinadas a adquirir minas, terras e escravos, ou a submeter os sobas.<sup>52</sup> Conforme a conjuntura política e militar, sempre instável, as batalhas podiam chegar à região de Kabasa, Mpungo Andongo, Kindonga e Tunda.<sup>53</sup> A presença holandesa na região a partir de 1641 ofereceu uma alternativa para novas alianças contra os portugueses. A aproximação entre o reino do Kongo e os holandeses significou que a área de escravização mais uma vez mudou do interior para a zona mais próxima do litoral. Os traficantes portugueses puderam comprar milhares de congolezes cristãos de Mbamba, São Salvador, Nsundi e Soyo.<sup>54</sup> Mas eram sobretudo as expedições nas regiões mais próximas do litoral ao sul dos Dembos que abasteciam os navios do comércio negreiro. A expulsão dos holandeses de Luanda, em 1648, a morte de Nzinga, em 1665, e a derrota final do Ndongo,

<sup>49</sup> *Idem*, p. 268.

<sup>50</sup> *Idem*, pp. 160-161.

<sup>51</sup> *Idem*, p. 116.

<sup>52</sup> *Idem*, pp. 123-124.

<sup>53</sup> *Idem*, pp. 127-128.

<sup>54</sup> *Idem*, p. 142.

em 1671, abriram novas possibilidades em direção ao interior e novos enfrentamentos com Matamba e Kassange.

Assim, os dados linguísticos levantados por Kent combinam com o que se sabe hoje em dia sobre a origem da maior parte dos centro-africanos escravizados e levados para os engenhos de Pernambuco: eles eram, em sua esmagadora maioria, falantes do kimbundo, gente Mbundo vinda das terras que ficavam ao norte e a leste da região controlada pelos portugueses, que então se chamava Reino e Conquista de Angola. Luanda, a capital, era o maior porto exportador de escravos da região – e, por isso, esses cativos ficaram aqui conhecidos como “angolas”. Apesar das variações étnicas e políticas dos vários grupos escravizados nessa área, conforme as oscilações das guerras, eles compunham um contingente populacional relativamente homogêneo, do ponto de vista cultural. E constituíam a quase totalidade das escravarias pernambucanas ao longo do século XVII.

No entanto, saber que 90% dos centro-africanos que eram escravos em Pernambuco nesse período haviam saído da conturbada região de Angola não resolve a questão. Como bem colocou Thornton, trata-se de pensar como os fugitivos oriundos dessa escravaria se organizaram e forjaram (ou não) um estado no interior de Pernambuco. O tema toca, assim, como muitos dos autores já observaram, o debate sobre a sobrevivência e transformação da cultura africana sob o escravismo nas Américas. Por isso, já não basta identificar as “origens” dos negros que habitavam os Palmares: é preciso ir adiante, para discutir quais as características da extensa comunidade de fugitivos que se formou no interior de terras em que havia significativa predominância de escravos vindos da África Central, em especial das regiões próximas do interior angolano.

As duas principais teses acerca dessa questão, elaboradas por Schwartz e Thornton, estão assentadas em um bom conhecimento das fontes, mas envolvem alguns procedimentos que podem falsear suas interpretações. No primeiro caso, ao associar Palmares aos quilombos baianos do século XVIII, Schwartz conecta a experiência palmarina à história posterior dos quilombos no Brasil, perdendo algumas dimensões do contexto no qual ela se desenvolveu. Talvez por isso a pista oferecida pela palavra “quilombo”, iluminada pelo estudo de Joseph Miller sobre os *kilombo* Imbangala, o leva a pensar possíveis adaptações dessa instituição na estrutura política de Palmares, apesar de essa palavra aparecer apenas muito tardiamente na documentação. No segundo, a formação do estado palmarino é analisada a partir da onda angolana que atingiu as costas

das Américas desde o início do século XVII e da história desses povos centro-africanos. São os conhecimentos africanistas que sustentam as teses de Thornton acerca da estrutura política de Palmares, que pode ser comparado, por exemplo, a um assentamento de centro-africanos *cimarrones* em Cartagena formado nos anos 1630 e submetido por meio de um tratado em 1693. Assim, a especificidade dos acontecimentos que se desenvolveram nas matas de Pernambuco perde importância em sua análise.

Não deixa de ser interessante que nenhum dos dois autores tenha dedicado atenção à avaliação que os contemporâneos fizeram dos habitantes dos mocambos. Quem eram “os negros do Palmar”, para eles?

### Negros levantados, parentes e soldados, corsários

A documentação referente a Palmares raramente designa seus integrantes como “fugitivos” preferindo o termo com clara conotação política “levantado”: eram gente rebelada, amotinada (conforme a definição dada por Raphael Bluteau).<sup>55</sup> A primeira menção a “negros levantados” em Pernambuco é de 1602, durante a permanência na capitania do recém-nomeado governador do Estado do Brasil, Diogo Botelho. Segundo o relato do governador de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, Botelho teria mandado fazer uma “entrada pelo sertão dentro aos palmares, onde estava cópia de negros levantados, de que os moradores desta capitania recebiam dano e opressão pelos muitos roubos e latrocínios que faziam e contínuos assaltos que davam”. A “jornada” foi vitoriosa, já que “dela redundou serem os inimigos desbaratados com dano e perda de muita gente [que foi] morta e cativa”, ficando Pernambuco “livre por ora das insolências desses alevantados”.<sup>56</sup>

Em 1608, o novo governador do Estado do Brasil, que permaneceu alguns meses em Pernambuco antes de seguir para a Bahia, mencionou que, apesar de investirem muito na aquisição de “negros da Guiné”, logo o número de escravos ficava reduzido a “menos [d]a metade, porque fogem e metem-se pelos matos, e são tantos os que desta maneira andam que fazem aldeias e andam levantados,

<sup>55</sup> Bluteau, 1712, verbete “levantado”.

<sup>56</sup> Certidão de Manoel Mascarenhas Homem, de 29 de junho de 1603. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 73, n. 1, 1910, pp. 36-39. Segundo Varnhagen, Botelho permaneceu na capitania de Pernambuco, antes de ir à Bahia, entre abril de 1602 e setembro de 1603. Varnhagen, 1962, pp. 244-245.

e ninguém pode com eles e podem crescer de maneira que custe muito trabalho o desbaratá-los deste particular”.<sup>57</sup>

Os dois registros se referem a Pernambuco, mas não há qualquer menção explícita à localização dos mocambos. Como já observaram alguns historiadores, o termo “palmar” ou “palmares” aparece muitas vezes na correspondência oficial para designar as áreas cobertas por palmeiras nas regiões de Alagoas e Pernambuco.<sup>58</sup> Apenas em 1612, ao escrever seu relato sobre as capitanias do Brasil, Diogo de Campos Moreno foi mais preciso:

Nesta capitania [de Pernambuco], a 30 léguas ao sertão, está um sítio entre umas serras a que chamam Palmares, ao qual ordinariamente se acolhem, fugindo do trabalho, escravos desta capitania e depois, com assaltos e correrias que fazem, obrigam os brancos a que os busquem com mão armada, do que sucede trazerem muitos, algumas vezes, porém, tanto que os soltam e os trabalham, logo se tornam para a mesma parte, não sendo possível extinguir-lhes o fundamento, pelo que não faltam desordens e queixumes, porque sucede que os insultos que os vadios acometem, lançam a fama aos dos Palmares, e assim ficam sem castigo.<sup>59</sup>

Como se vê, dos muitos grupos rebeldes que habitavam os palmares existentes na região, havia um que se distinguia pelo costume de ali se abrigarem os escravos. Palmares tornara-se nome de um lugar específico, situado “entre umas serras” a 30 léguas do litoral. A insistência com que os relatos desse período mencionam os assaltos dos escravos e a dificuldade de serem contidos talvez explique a fama desses levantados que se escondiam naqueles palmares e, junto com ela, a configuração de uma nomenclatura. Se a ação dos escravos havia sido capaz de diferenciar inicialmente um local, com o tempo o lugar passou a identificar aqueles habitantes que teimavam em resistir às expedições: eram os “negros do Palmar” ou “dos Palmares”, não quaisquer “levantados”, nem quaisquer “aldeias” ou “mocambos”.

Ao tornar-se um grupo específico e localizado, Palmares começou a ser, também, um contingente populacional. O capitão Blaer, que investiu contra

<sup>57</sup> Carta de Diogo de Meneses, de 23 de agosto de 1608. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 57, 1939, pp. 37-39.

<sup>58</sup> No início do século XVIII, essa acepção ainda permanecia, já que o *Vocabulário* de Bluteau registra que a palavra quer dizer “campo onde nascem palmeiras”. O verbete menciona ainda que, “nas Histórias do Brasil e da Índia, não só significa campo, mas também aldeia e casa dos moradores daquelas terras que de ordinário fazem as suas povoações em campos abundantes de palmas”. Bluteau, 1712, verbete “palmar”.

<sup>59</sup> Moreno, 1955, pp. 190-191.



os Palmares em 1645, encontrou um assentamento já abandonado próximo ao Outeiro dos Mundéus, outro incendiado pelos holandeses e vários mocambos provisórios, até chegar aos Palmares (chamado Novo, ou Grande), que possuía cerca de 220 casas, “uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho”. O núcleo era cercado, mas a casa do “rei” ficava distante duas milhas e havia ao redor muitas roças, com casas. Os habitantes somavam 1.500 pessoas, das quais 500 eram homens.<sup>60</sup>

Gaspar Barléu, na narrativa escrita para enaltecer os feitos de Nassau, registrou a existência de Palmares grandes e pequenos, com cinco mil e seis mil habitantes localizados a 20 léguas das Alagoas e a 30 de Santo Amaro.<sup>61</sup> Francisco de Brito Freire, ao descrever Palmares em seu livro, redigido em meados dos anos 1670, mas narrando feitos de seu governo entre 1661-1664, calcula que “nas numerosas mas não grandes aldeias a que chamam mocambos” habitavam 30 mil pessoas.<sup>62</sup> Em 1678, o cronista anônimo que elogiou os feitos de dom Pedro de Almeida afirmou ser “opinião dos cursantes daqueles matos e dos experimentados naquelas montanhas” que Palmares abrigava “de dezesseis até vinte mil almas”; todavia, com as guerras empreendidas pelo governador “foram declinando” em número.<sup>63</sup> Segundo o cronista, a “cerca real” de Macaco “fortificada toda em cerco de pau a pique” teria “mais de mil e quinhentas casas”, e *Subupira*, “cidade [...] fortificada toda de madeira e pedras, compreend[ia] mais de oitocentas casas”.<sup>64</sup> As estimativas sobre o número de habitantes em Palmares parecem, todavia, estar mais atreladas a uma avaliação política do perigo daqueles negros levantados do que em cálculos compatíveis com dados sobre a população de Pernambuco, presentes nas fontes contemporâneas ou resultantes de pesquisas históricas.<sup>65</sup>

A identificação do grupo e de suas dimensões populacionais foi acompanhada pelo conhecimento de quem eram seus líderes, com mais ou menos detalhes, conforme a proximidade que com eles tiveram os autores das narrativas.

<sup>60</sup> Blaer, 1902, pp. 87-96

<sup>61</sup> Barléu, 1647, pp. 241-243.

<sup>62</sup> Freire, 2001, p. 177.

<sup>63</sup> Relação anônima, sem data. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Papéis Vários*, fs. 154 e 150v.

<sup>64</sup> *Idem*, fl. 149v e 150.

<sup>65</sup> Ao comentar estas cifras, Stuart B. Schwartz considerou que, se a região pernambucana possuía cerca de 200 engenhos em meados do século XVII, com a média de 100 escravos cada um, o número de habitantes de Palmares igualaria o total de escravos na economia açucareira de Pernambuco. Ver Schwartz, 2001, p. 246. Cf. também Reis, 1995/1996, pp. 16-17.

Na documentação da primeira metade do século XVII, apenas o relato do capitão Blaer menciona o fato de que “havia entre os habitantes [dos mocambos] toda sorte de artífices, [e] eles chama[va]m seu rei de *Damby* e ele os governava com severa justiça”.<sup>66</sup> Nas fontes de meados do século, ainda que Brito Freire tenha tentado negociar sem sucesso por diversas vezes com os Palmares em 1661 e 1663, só é possível saber que havia um “maior, que governa[va] a todos”, com poder suficiente para recusar qualquer acerto de paz e mandar degolar “o cabo de um mocambo” que havia desobedecido a suas ordens e queria continuar o “ajustamento”.<sup>67</sup> Mas, a partir de 1678, quando começaram as negociações para um acordo, a correspondência administrativa de Pernambuco fornece maiores detalhes sobre a estrutura política palmarina e aparecem nomes.

É na carta de dom Pedro de Almeida de 4 de fevereiro de 1678, dirigida ao príncipe regente português, que se pode encontrar a primeira referência ao “rei por nome *Ganázumbá*” – que o governador dá como tendo sido morto numa das batalhas lideradas por Fernão Carrilho, juntamente com “dois filhos seus” e “muitos cabos”.<sup>68</sup> A informação revelou-se falsa e, em junho de 1678, uma embaixada palmarina entrou no Recife e negociou os termos de um acordo de paz com o Conselho da capitania, reunido no Recife. Os termos foram registrados em um “papel”, remetido aos Palmares e a Lisboa, para que fossem aprovados por *Ganázumbá* e pelo regente português.<sup>69</sup> Quase um mês depois, nova carta do governador de Pernambuco seguiu para Lisboa, informando que o acordo havia sido aceito e que nos Palmares começavam a se deslocar para a região de Cuiçá.<sup>70</sup>

Uma crônica escrita entre junho e agosto de 1678 para enaltecer os feitos de dom Pedro de Almeida ao término de seu governo descreve a história dos Palmares e o acordo firmado em junho de 1678 de modo a valorizar o sucesso

<sup>66</sup> Blaer, 1902. Alfredo de Carvalho, que traduziu o texto para a publicação na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, escreve: “Havia entre os habitantes toda sorte de artífices e o seu rei os governava com severa justiça...”. Mariana Françoza verificou o original no Arquivo Nacional em Haia, coleção Owic (Oud West Indische Compagnie), entrada 1.05.01.01, inventário n. 60, doc. 47, f. 92, e constatou a diferença. Cito pelo original, segundo a tradução realizada por ela, a quem agradeço muitíssimo a generosa gentileza de ler, traduzir e cotejar o texto para mim.

<sup>67</sup> Ver, entre outros, o Regimento de 24 de dezembro de 1661. Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), CCA, IV, 3<sup>a</sup>-I-1-31, fl. 62v-63, doc. 54. As citações são da Carta de 23 de agosto de 1663. AUC, CCA, IV, 3<sup>a</sup>-I-1-31, fl. 93v-94v, doc. 144.

<sup>68</sup> Carta de 4 de fevereiro de 1678. Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU)\_ACL\_CU\_015, Cx. 11, D. 1103.

<sup>69</sup> Cópia do papel que levaram os negros dos Palmares. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 11, D. 1116, anexo.

<sup>70</sup> Carta de Aires de Souza de Castro, de 19 de julho de 1678. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 11, D. 1124.

obtido. Ocupando uma larga extensão de terras férteis com “palmeiras agrestes”, os mocambos e cercas agora são identificados pelos nomes:

Não correm tão uniformemente estes Palmares que os não separem outras matas de diversas árvores, com que, na distância de 60 léguas, se acham distintos palmares, a saber, ao noroeste o mocambo do *Zambi*, 16 léguas do Porto Calvo; e ao norte deste, distância de cinco léguas, o de *Aca Inene*; e logo para a parte de leste destes dois mocambos chamados os das *Tabocas*; e destes ao noroeste 14 léguas o de *Dambiabanga*; e ao norte deste oito léguas, a cerca chamada *Subupira*; e ao norte desta seis léguas a cerca real chamada o *Macaco*; ao oeste desta cinco léguas o mocambo do *Osenga* e nove léguas da nossa povoação de Sirinhaém para o noroeste do *Amaro*; e 25 léguas das Alagoas para o noroeste o Palmar de *Andalaquituxe*, irmão do *Zambi*; e entre todos estes que são os maiores e mais defensáveis, há outros de menor conta e de menor gente.<sup>71</sup>

Em seguida, o texto passa a caracterizar com mais detalhe os aspectos da vida em Palmares: “não vivem todos juntos”, mas “em palmares distintos” e “são grandemente trabalhadores, plantam todos o[s] legumes da terra, de cujos frutos formam providamente celeiros para os tempos da guerra e do inverno”.<sup>72</sup> Trata-se, portanto, de gente previdente e trabalhadora, que cultivava bons alimentos e tinha um bom governo:

reconhecem-se todos obedientes a um que se chama o *Ganga Zumba*,<sup>73</sup> que quer dizer Senhor Grande; a este têm por seu rei e senhor todos os mais, assim naturais dos palmares, como vindos de fora; tem palácio capaz da sua família, é assistido de guardas e oficiais que costumam ter as casas reais. É tratado com todos os respeitos de rei e com todas as cerimônias de senhor. Os que chegam a sua presença põem logo o joelho no chão e batem as palmas das mãos, sinal do seu reconhecimento e protestação de sua excelência; fala-se-lhe por Majestade, obedece-se-lhe por admiração. Habita na sua cidade real, que chamam o *Macaco*, nome sortido da morte que naquele lugar se deu a um animal destes. Esta é a metrópole entre as mais cidades e povoações [...] Ocupa esta cidade dilatado espaço, forma-se de mais de 1.500 casas. Há entre eles ministros

<sup>71</sup> Relação anônima, sem data (ANTT), fl. 149.

<sup>72</sup> *Idem*, fl. 149v.

<sup>73</sup> Essa é a grafia do nome de Gana Zumba, tal como aparece no manuscrito guardado na Relação anônima do ANTT. No rascunho dessa crônica, porém, a grafia é Gana Zumba. Cf. “Relação do que se passou na guerra com os negros dos Palmares nos sertões de Pernambuco”. Biblioteca Pública de Évora, cód. CXVI - 2 - 13 - a, n. 9, fl. 55v.

de Justiça para as execuções necessárias, e todos os arremedos de qualquer República se acham entre eles.<sup>74</sup>

Palmares aparece, assim, caracterizado como um estado bem organizado do ponto de vista militar e político, com juizes e magistrados, uma capela e imagens cristãs. Mesmo que sejam “bárbaros tão esquecidos de toda sujeição, não perderam de todo o reconhecimento da Igreja”, pois têm ali capela com imagens do Menino Jesus, “muito perfeita”, de Nossa Senhora da Conceição e de São Brás, e “escolhem um dos mais ladinos, a quem veneram como a pároco, este os batiza e os casa”.<sup>75</sup> O “rei” domina a todos, mas as outras “cidades estão a cargo de potentados e cabos maiores que as governam e assistem nelas”.<sup>76</sup>

Ao declinar os nomes dos líderes dos vários mocambos sob o governo de Gana Zumba, a crônica de 1678 revela as relações de parentesco entre o “rei” dos Palmares, seus chefes e o lugar que ocupam na hierarquia política e militar dos Palmares: há ali menção a sua mãe, irmão, filhos e sobrinhos. Alguns desses nomes aparecem em outros documentos da correspondência oficial da capitania de Pernambuco e do Conselho Ultramarino, confirmando o parentesco e os nexos políticos. A parentela não se restringe aos chefes de mocambos. Um dos prisioneiros, por exemplo, é designado como “*Gangamuisa* mestre de campo da toda a gente de Angola, e genro do rei casado com duas filhas suas”.<sup>77</sup> Também há relações de parentesco associadas a nomes próprios mais usuais em português. Fernão Carrilho, por exemplo, enviou “*Mateus Dambi* e uma negra Angola por nome *Madalena* [...] que eram [*sic*] sogro de um dos filhos do rei”, que estavam entre os prisioneiros, para avisar sobre a possibilidade de um acordo.<sup>78</sup>

Do mesmo modo, a crônica de 1678 menciona uma hierarquia militar, que não se confunde com aquela dos parentes. “Toda a forma de guerra [...] com todos os cabos maiores e inferiores” podia ser encontrada nos Palmares e alguns nomes eram conhecidos. Havia, por exemplo, *Gaspar*, “capitão da guarda do rei”, e *João Tapuia* e *Ambrósio Negro*, “ambos capitães afamados”.<sup>79</sup>

<sup>74</sup> Relação anônima, s. d. (ANTT), fl. 149v.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>76</sup> *Idem*, fl. 150.

<sup>77</sup> Cf. “Relação do que se passou na guerra com os negros dos Palmares nos sertões de Pernambuco”, fl. 55v. O manuscrito guardado pelo ANTT não menciona as relações de parentesco.

<sup>78</sup> Relação anônima, s. d. (ANTT), fl. 154.

<sup>79</sup> *Idem*, fls. 149v e 153.

É provável que a menção à parentela real e à hierarquia militar tenha merecido destaque nessa relação para “enobrecer” ainda mais o feito político de Pedro de Almeida. O fato de serem descritas em um texto destinado a uma audiência reinol, com os mesmos termos portugueses utilizados para designar relações familiares, políticas e bélicas no Reino ou na América reforça essa hipótese. Na documentação administrativa, embora a rede de parentes e de comandantes militares seja mencionada com frequência, os nomes são mais raros, mas é constante a referência a filhos e mulheres dos chefes entre os prisioneiros.

Certamente, do ponto de vista dos habitantes dos Palmares, as relações de parentesco podem ter tido um significado menos relacionados aos laços de sangue e mais à política, como bem já observaram Joseph Miller para a África Central e John Thornton para Palmares.<sup>80</sup> Mas, do ponto de vista das autoridades coloniais, tais relações não constituíam metáforas, e os nomes se referiam a indivíduos específicos. Gana Zumba não era apenas um “chefe dos mocambos”, como se designava na época de Brito Freire o líder dos palmares;<sup>81</sup> agora as autoridades coloniais negociavam com um “principal”, “maior”, “maioral” ou “rei”, que não apenas governava os mocambos, seus “cabos” e habitantes, mas também liderava uma rede de parentes que, por sua vez, ocupava os principais postos políticos e militares dos mocambos.

A atuação política dessa parentela foi acionada tanto pelas lideranças palmarinas quanto pelas autoridades portuguesas: foram os filhos e irmãos do rei que lideraram as embaixadas que falaram em seu nome com o governador de Pernambuco, foram dois de seus filhos que permaneceram no Recife para atestar a veracidade da palavra empenhada, e um seu irmão o encarregado de parte das providências para a instalação dos palmarinos nas terras de Cucaú, a sudoeste de Serinhaém, no segundo semestre de 1678.<sup>82</sup>

Foi com o “rei e senhor” dessa linhagem que as autoridades coloniais tiveram que lutar e negociar. A parentela composta por relações consanguíneas ou de afinidade era reconhecida pelos capitães das tropas e pelos governadores de Pernambuco, que dela se valiam para levar recados, ordens e cartas. Os documentos não indicam qualquer estranheza diante dessas relações entre parentesco e posições políticas e militares. Gana Zumba era “rei e senhor” de uma

<sup>80</sup> Miller, 1976, p. 45; Thornton, 2008, pp. 779-780.

<sup>81</sup> Edital de 6 de dezembro de 1662. AUC, CCA, cód. IV, 3ª-I-1-31, fl. 86v-87, doc. 123.

<sup>82</sup> Mais detalhes sobre as negociações do acordo de 1678 podem ser colhidos em Lara, 2009.

linhagem governante, com poder e jurisdição sobre terras e gentes – e como tal era tratado pelo governo de Pernambuco.

As autoridades de Pernambuco podem ter reagido à estrutura de governo em Palmares da mesma forma que os portugueses haviam se comportado diante da monarquia que governava o Kongo, desde o século XV,<sup>83</sup> ou o Ndongo, nos séculos XVI e XVII.<sup>84</sup> A proximidade entre Brasil e Angola era grande e as ligações se faziam em muitos níveis, especialmente depois da expulsão dos holandeses de Luanda por tropas enviadas do Brasil. Em torno do tráfico de escravos articulavam-se muitos interesses comuns e diversos eram os vínculos administrativos, políticos, militares, econômicos, comerciais e até religiosos entre as duas regiões. Muitos governadores, juizes e provedores mandados para Angola haviam ocupado cargos no Brasil e vice-versa.<sup>85</sup> Havia, portanto, uma linguagem política partilhada pelas autoridades nas duas margens do Atlântico que explica tais procedimentos.<sup>86</sup>

No entanto, depois da morte de Gana Zumba e da destruição de Cucaú, tudo mudou. No tempo do acordo, em meados de 1678, Zumbi, sobrinho de Gana Zumba, havia se retirado para o “mais oculto destes Palmares”,<sup>87</sup> levando “consigo a melhor gente de guerra”,<sup>88</sup> e resistia às investidas das tropas enviadas pelo governo de Pernambuco. Ele foi combatido, inclusive com a ajuda de gente como Gana Zona, que se havia instalado em Cucaú, mas as informações sobre os mocambos renitentes nesse período são bem mais esparsas. A correspondência administrativa dos anos 1680, embora reconheça os laços entre Zumbi e a parentela governante com a qual as autoridades de Pernambuco haviam negociado, e mencione sua família mais próxima (mulher e filhos), refere-se quase sempre ao “negro” Zumbi como “capitão”<sup>89</sup> e “corsário”.<sup>90</sup> Houve

<sup>83</sup> Thornton, 1981.

<sup>84</sup> Heintze, 1980.

<sup>85</sup> Para alguns exemplos, ver Gouvêa, 2005 e 2007.

<sup>86</sup> Mais detalhes sobre esse argumento em Lara, 2009.

<sup>87</sup> Carta do governador de Aires de Souza de Castro de 8 de agosto de 1679. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 12, D. 1144.

<sup>88</sup> Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de janeiro de 1680. AHU\_ACL\_CU\_Consultas de Pernambuco, cód. 265, fls. 26-27v. O escrivão erra ao transcrever o nome de Gangazumba, substituindo o nome próprio por um advérbio: “dois príncipes potentados, enganosamente [sic] e seu irmão” (fl. 27).

<sup>89</sup> Ver, por exemplo, o Bando do sargento-mor Manoel Lopes de 26 de março de 1680. “Dezenove documentos sobre os Palmares pertencentes à Collecção Studart”. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Fortaleza, vol. 20, 1906, pp. 268-269.

<sup>90</sup> Ver, por exemplo o Registro da Carta de Padrão de Tença para Sebastião Pinheiro Camarão, de 13 de março de 1688. ANTT, Registro Geral de Mercês, Pedro II, L. 4, fl. 247. O Pe. d. R. Bluteau, em seu *Vocabulário português e latino*, indica que a palavra, também escrita *corsario*, vinda do italiano, refere-se às

várias tentativas de acordo com ele, todas fracassadas – o que levou as autoridades coloniais a elevar o tom e agravar a retórica em prol da guerra, única maneira de castigar a “insolente e escandalosa culpa” daqueles negros.<sup>91</sup> Ainda que alguns documentos fizessem referência ao “governador dos Palmares”,<sup>92</sup> o tratamento dado pelas autoridades coloniais à nova liderança dos Palmares ressaltava mais suas características militares que políticas.

As guerras de 1677-1678 e, depois, a morte da Gana Zumba e a destruição de Cucaú implicaram um descenso demográfico significativo dos habitantes dos Palmares. Muitos membros da linhagem governante foram presos ou mortos e alguns se integraram às forças coloniais. A documentação da década de 1680 não mais menciona a rede de mocambos ou de chefes militares ligados entre si: pode-se apenas vislumbrar o grupo mais diretamente ligado a Zumbi, contra o qual são enviadas diversas expedições.

Também são informações predominantemente bélicas as registradas na documentação dos anos 1690. As cartas de Domingos Jorge Velho do início do ano de 1694 descrevem em detalhes o cerco aos “negros levantados” que habitavam o “sertão do palmar”, mas nada informam a respeito dos habitantes dos mocambos além do número dos que foram aprisionados. Do mesmo modo, no requerimento que Jorge Velho enviou ao rei, em novembro de 1695, pedindo que as condições de seu contrato fossem cumpridas, há uma descrição da ofensiva final que destruiu “o covil dos negros dos Palmares no Barriga”, e foi morto o “régulo Zumbi”.<sup>93</sup> A única informação nova vem no contexto em que Velho reafirma a importância de permanecer na região, já que, mesmo depois da derrota imposta aos mocambos, “azinha se formar [ia] outro covil novo, neste Barriga ou em qualquer outra paragem tão apta como esta.” Segundo ele, sem os paulistas ali instalados “pode[ria] haver outra vez *Angola janga*, Angola pequena, como eles [os negros o] chamavam.” A expressão se tornou famosa na bibliografia, mas o documento nada mais oferece além de sua tradução.

“correrias de piratas” ou de “gente da Ilha Córsega, que foram grandes piratas”. O termo “pirata” tem tanto o significado de “dolo, fraude, engano, porque os piratas usam de muitos estratagemas na sua arte pirática”, ou quer dizer “ir passando ou correndo, porque é próprio do pirata correr os mares”.

<sup>91</sup> Carta do governador de Pernambuco para as câmaras de Serinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco, de 1º de julho de 1683. AUC, CCA, IV, 3ª-I-1-31, fl. 386v-387, doc. 60.

<sup>92</sup> Ver, por exemplo, a Informação sobre Manoel Inojosa de 24 de março de 1683. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 13, D. 1248.

<sup>93</sup> Requerimento do mestre de campo Domingos Jorge Velho ao rei [posterior a 20 de novembro de 1695]. Ennes, 1938, pp. 316-344 (doc. 54).

A “Relação verdadeira” que descreve o cerco de 1694 refere-se ao “negro Zumbi, cabeça de todos os do Palmar fortificado com todos os negros e famílias dentro da dita cerca”, mas os detalhes ficam com as tropas ofensivas, compostas por paulistas, gente das milícias pernambucanas e índios do Camaráo. Pouco se consegue saber sobre os palmarinos: havia um comandante “valente e grão-corsário, [a] que chamavam o *Câmuanga*”, que guardava a cerca; gente que a defendeu com armas de fogo, flechas e pedras “com tão grande alarido de homens e mulheres e inumeráveis atabaques e uma caixa de guerra, tocada excelentemente, e uma trombeta”. No ataque final, vendo-se sem “remédio”, muitos foram mortos e outros acabaram despencando de um rochedo, incitados pelo “principal” Zumbi, que largou “um filho” e “sete concubinas”. Os que conseguiram fugir foram perseguidos, aprisionados ou mortos. Ao entrarem “para dentro da cerca”, acharam

232 casas de moradia, todas feitas com admirável perfeição e ordem, divididas umas das outras, que inda que se lhe desse fogo não poderia[m] as chamas penetrar na outra, todas em roda pela dita cerca. Não ficando parte onde não estivesse por junto dela feito e coberto abrigozinho para as sentinelas. Havia mais 40 casas de tendas de ferreiros, aonde [*sic*] em todo o dia estavam fazendo palanquetas de ferro e zagaia para as flechas, sendo nisto tão cuidadosos na vigilância cada qual do seu posto que mais parecia[m] militares que bárbaros.<sup>94</sup>

Como se vê, ainda que haja referência à família de Zumbi, já não há menção a parentes – apenas a soldados. A mudança na forma de designar os mocambos e suas lideranças é notável, se comparada ao período do acordo de paz, no final dos anos 1670. No lugar da parentela governante e da rede de mocambos, agora há basicamente um núcleo estabelecido em local conhecido (ou suspeitado) e a documentação registra suas características bélicas (armas, sons, estratégias), bem como as “correrias” praticadas pelos palmarinos, que se estendem por espaços largos da capitania.<sup>95</sup> Embora a documentação refira a existência de várias casas e tendas de ferreiros, são os aspectos militares do “inimigo” que são

<sup>94</sup> Relação verdadeira da guerra que se fez aos negros levantados do Palmar, em 1694. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, cód. 11358/37, ff. 75-101. Transcrição publicada por Maria Lêda Oliveira em *Afro-Ásia*. Salvador, vol. 33, 2005, pp. 270-324.

<sup>95</sup> O título de “corsário” atribuído a Zumbi (e a outras lideranças do período) pode ter relação direta com esse contexto, associando as correrias dos corsários no mar com as dos palmarinos em terra. Segundo Bluteau, 1702, são os ladrões de estradas, os bárbaros e os soldados que fazem “correrias”.

ressaltados, mencionando-se apenas esparsos nomes de alguns comandantes. Em 1700, o “negro *Camoanga*” ainda liderava grupos de fugitivos que se escondiam nas matas da região. Ele também era chamado de “corsário” várias vezes nas cartas que mencionam a dificuldade em localizá-lo e manter uma guerra contra ele.<sup>96</sup>

O mais provável é que os Palmares destruídos pelas expedições holandesas da década de 1640 não correspondam exatamente aos que foram descritos nos anos 1660, nem estes àqueles do final da década de 1670 e início dos anos 1680, ou os da época da morte de Zumbi. Mesmo que uma pesquisa mais pormenorizada acerca da localização desses mocambos esteja por ser feita, tudo indica que ocupavam terras no interior da região sul de Pernambuco, mas não exatamente nos mesmos lugares. Ao longo do tempo, os agrupamentos iniciais cresceram até alcançar uma densidade demográfica e apresentar um perigo potencial – o que levou à formação de expedições de maior porte, como as realizadas por Bahro na década de 1640. Nesse período, ainda não havia um Palmares unificado, mas um Velho, um Novo, embora houvesse ao menos uma liderança conhecida e identificada pelo nome. Os Palmares enfrentados por Francisco de Brito Freire e dom Pedro de Almeida eram diferentes: estavam assentados em locais diversos, mas havia claramente uma centralização do poder; já nos anos 1660 e a partir de meados da década de 1670, pelo menos, uma parentela governante podia ser identificada. O impacto das expedições de Fernão Carilho em 1677-1678 e a destruição de Cucaú devem ter sido grandes, pois a linhagem governante não mais aparece mencionada na documentação administrativa colonial, a não ser como memória. Depois de 1682 e especialmente no tempo do governo de Caetano de Melo de Castro, ainda que se possa identificar claramente a liderança de Zumbi, ela já não aparece assentada em uma rede de parentes, mas sim na força militar. Os muitos mocambos haviam sido substituídos por um grande e único assentamento e, depois de 1694, havia grupos sobreviventes que parecem ter sido mais nômades.

Certamente os Palmares enfrentados por Brito Freire já possuíam uma estrutura militar paralela às hierarquias políticas. As habilidades bélicas dos palmarinos aparecem ressaltadas no relato de Bahro e nas narrativas de meados da década de 1690, mas elas, embora mencionadas, não são tão importantes na

<sup>96</sup> Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de outubro de 1700. AHU\_ACL\_CU\_Consultas de Pernambuco, cód. 265, fls. 147-147v. Ver também Carta Patente de 29 de julho de 1704. ANTT, CHR, Pedro II, L. 29, fl. 80-81.

crônica de 1678. Os cabos e soldados estavam submetidos ao poder do “rei” dos Palmares, mas não se confundiam com a rede de parentes que governava os mocambos.

A chave política parece ter regido quase sempre a percepção das autoridades coloniais e está presente no léxico da documentação. Ela permite perceber fases distintas na história política e militar palmarina, anunciando uma cronologia mais complexa do que a marcada pelo crescimento populacional no contexto da ocupação holandesa em Pernambuco ou pelo ritmo das guerras. Mesmo marcações temporais mais elaboradas e eminentemente política, como a proposta por Thornton, podem ser colocadas em perspectiva. Apesar de a documentação sempre registrar o nome único de Palmares, a percepção das autoridades coloniais variou bastante e as informações oferecidas pelas fontes administrativas indicam ter havido mudança de local e transformações significativas nas estruturas políticas e militares.

Palmares só foi tratado pelas autoridades coloniais como um estado centro-africano linhageiro nos anos 1660 e, sobretudo, no contexto do acordo de 1678: pode-se observar, aqui, a mesma gramática que conjugava guerras e tratados de paz com os reinos e sobados, operada no outro lado do Atlântico. Destruída a linhagem governante dos Palmares e fracassado o avassalamento de Gana Zumba, as autoridades passaram a perseguir as lideranças remanescentes para impedir a formação de um novo reino. A situação poderia talvez lembrar a de Angola logo depois da derrota do rei “rebelde” do Ndongo, quando apenas os reinos de Matamba e Kassange ofereciam maior resistência ao domínio colonial português.<sup>97</sup>

As correrias dos negros levantados do Palmar no interior de Pernambuco e a liderança do “corsário” Zumbi, refratário às propostas de acordo e oponente feroz às expedições enviadas para combatê-lo, podiam quem sabe lembrar as correrias promovidas pelos Imbangala do outro lado do Atlântico. Poderiam também lembrar a possibilidade de haver desdobramentos como a formação de reinos poderosos, como Matamba, resultante da associação de linhagens nativas com o poderio de lideranças *jagas*. De todo modo, era preciso impedir que um novo reino centro-africano linhageiro se formasse nas matas de Pernambuco. Ou que grupos militarizados se congregassem em *kilombos* fortes o bastante para colocar em risco o domínio senhorial.

<sup>97</sup> Lara, 2016.

Os nexos entre Pernambuco e o Reino de Angola implicaram a circulação de informações sobre as duas margens do Atlântico, permitindo que as autoridades coloniais em Pernambuco reconhecessem as características políticas de Palmares e suas transformações ao longo do tempo. A percepção dos contemporâneos revela, assim, uma história política de Palmares, conectada à dos reinos centro-africanos do Ndongo, Matamba e Kassange. Com modulações claras que permitem periodizar conjunturas distintas, ela precisa ser levada em conta pelos historiadores, para que Palmares deixe de ser isso ou aquilo, e possa ser compreendido e avaliado conforme a dinâmica de seu desenvolvimento, ao longo do tempo.

Mais que revelar origens africanas ou uma identidade centro-africana para os palmarinos – algo patente nas fontes e já suficientemente estabelecido pela historiografia –, o olhar dos contemporâneos permite recuperar a historicidade de Palmares. Sem compará-lo aos quilombos do século XVIII e sem generalizar seguindo uma perspectiva predominantemente africanista, é possível repensar os significados políticos da matriz centro-africana dos habitantes dos Palmares com base nos elementos oferecidos pela documentação sobre a dinâmica de seu próprio desenvolvimento. De certo modo, Kent, Anderson, Schwartz e Thornton têm todos razão – mas não todo o tempo. Talvez tenham procurado uma identidade fixa demais para os habitantes dos Palmares, talvez tenham dado pouca atenção ao fato de que os processos históricos se desenvolvem na duração. Por isso, como espero ter mostrado, a pergunta que dá título a este texto não pode ter uma resposta única. Mesmo sendo majoritariamente constituído por gente vinda de Angola e tenha se inspirado em uma linguagem política centro-africana, Palmares não foi sempre o mesmo.

Há ainda muito a discutir sobre a organização social e política dos Palmares e sua relação com as instituições e os reinos existentes na outra margem do Atlântico. Mas pode-se dizer, desde já e com grande dose de certeza, que os negros levantados dos Palmares não tinham nada de noruegueses – em nenhum momento de sua história.

### Referências bibliográficas

- ALLEN, S. J. "A 'cultural mosaic' at Palmares? Grappling with historical archeology of a seventeenth-century Brazilian quilombo". In: FUNARI, P. P. A. (org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas, IFCH-Unicamp, 1998, pp. 141-178.
- ALVES FILHO, I. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro, Xenon, 1988.

- ANDERSON, R. N. "The *Quilombo* of Palmares: A New Overview of a Maroon State in Seventeenth-Century Brazil". *Journal of Latin American Studies*, vol. 28. Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 545-566.
- BARLÉU, G. [Caspar van Baerle], *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum*. Amsterdam, Typographeio Ioannis Blaev, 1647.
- BLAER, J. "Diário de viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, vol. 10, n. 56. Recife, IAHGP, 1902, pp. 87-96.
- BLUTEAU, Pe. d. R. *Vocabulário português e latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- CARNEIRO, E. *O Quilombo dos Palmares* [1947]. 2ª ed. revista. São Paulo, Brasiliense, 1958a.
- . "Singularidades dos quilombos" [1953]. *O Quilombo dos Palmares*. 2ª ed. revista. São Paulo, Brasiliense, 1958b, pp. 13-25.
- DIGGS, I. "Zumbi and the Republic of Palmares". *Phylon*, vol. 14, n. 1. Atlanta, Clark Atlanta University, 1953, pp. 62-70.
- ELTIS, D.; BEHRENDT, S. D.; RICHARDSON, D. & KLEIN, H. S. *The transatlantic Slave Trade, 1527-1867: a database on CD-Rom*. New York, Cambridge University Press, 1999.
- ENNES, E. *As guerras nos Palmares. Subsídios para sua história*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- FREIRE, F. de B. *Nova Lusitânia. História da guerra brasílica* [1675]. Ed. atualizada e revista. São Paulo, Beca, 2001.
- FREITAS, D. *Palmares. A guerra dos escravos* [1973]. 5ª ed. reescrita, revista e ampliada. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- FREITAS, M. M. de. *Reino negro de Palmares* [1954]. 2ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1988.
- FUNARI, P. P. de A. "A arqueologia de Palmares. Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana". In: REIS, J. J. & GOMES, F. dos S. (orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 26-51.
- GOMES, F. *Palmares. Escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo, Contexto, 2005a.
- GOMES, F. dos S. "Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil". In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T. de & FRY, P. (orgs.). *Política e cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, Anpocs/Hucitec, 1996, pp. 197-221.
- . *A hidra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII- XIX)*. São Paulo, Editora Unesp/Polis, 2005b.
- GOULART, J. A. "Quilombo em Alagoas". *Da fuga ao suicídio. Aspectos da rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972, pp. 223-228.
- GOUVÊA, M. F. S. "Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730)". In: BICALHO, M. F. & FERLINI, V. L. A. (orgs.). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português (sécs. XVI-XIX)*. São Paulo, Alameda, 2005, pp. 179-197.

- GOUVÊA, M. F. S. & SANTOS, M. N. dos. "Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII". In: ABREU, M. et al. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 89-110.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Fundação de Apoio à USP/Editora 34, 1999.
- HEINTZE, B. "The Angolan vassal tributes of the 17th century". *Revista de História Econômica e Social*, vol. 6. Lisboa, Universidade de Coimbra, 1980, pp. 57-78.
- KENT, R. K. "Palmares: An African State in Brazil". *Journal of African History*, vol. 6, n. 2. Cambridge, Cambridge University Press, 1965, pp. 161-175.
- HEYWOOD, L. M. & THORNTON, J. K. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the foundation of the Americas, 1585-1660*. New York, Cambridge University Press, 2007.
- KOPYTOFF, I. "The internal African Frontier: The making of African political culture". *The African frontier*. Bloomington, Indiana University Press, 1987, pp. 3-83.
- LARA, S. H. *Palmares & Cucatú: O aprendizado da dominação*. Campinas, Unicamp, 2009 (Tese de titularidade).
- \_\_\_\_\_. "Depois da batalha de Pungo Andongo (1671): O destino atlântico dos príncipes do Ndongo". *Revista de História*, vol. 175. São Paulo, USP, ago./dez. 2016 (no prelo).
- LUNA, L. *República dos Palmares. O negro na luta contra a escravidão* [1968]. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Catedral de Brasília/INL, 1976, pp. 217-238.
- MILLER, J. C. *Kings and kinsmen: early Mbundu states in Angola*, Oxford, Clarendon Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Way of Death. Merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. "Central Africa during the era of the slave trade, c. 1490-1850". In: HEYWOOD, L. M. (ed.). *Central Africans and cultural transformations in the America Diaspora*. New York, Cambridge University Press, 2002, pp. 21-69.
- \_\_\_\_\_. "Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil". *Revista de História*, vol. 164. São Paulo, USP, jan./jun. 2011, pp. 17-64.
- MORENO, D. C. *Livro que dá razão do Estado do Brasil - 1612*. Recife, Arquivo Público Estadual, Ed. Helio Vianna, 1955.
- MOURA, C. "O quilombo dos Palmares". *Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas* [1959]. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Conquista, 1972, pp. 179-190.
- NASCIMENTO, A. do. *O quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ORSER JR., C. E. & FUNARI, P. P. de A. "Archaeology and slave resistance and rebellion". *World Archaeology*, vol. 33, n. 1. Anbigdon, Taylor & Francis, 2001, pp. 61-72.
- PALMIÉ, S. "African States in the New World? Remarks on the Tradition of Transatlantic Resistance". In: BREMER, T. & FLEISCHMANN, U. (eds.). *Alternative cultures in the Caribbean. First International Conference of the Society of Caribbean Research, Berlin 1988*. Frankfurt, Vervuert, 1993a, pp. 55-67.

- PALMIÉ, S. "Ethnogenetic Processes and cultural transfer in Afro-American Slave Populations". In: BINDER, W. (ed.). *Slavery in the Americas*. Wurzburg, Königshausen and Neumann, 1993b, pp. 337-363.
- PÉRET, B. *O quilombo dos Palmares* [1956]. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.
- RAMOS, A. "O espírito associativo do negro brasileiro". *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 47, n. 4. São Paulo, 1939, pp. 105-126.
- REIS, J. J. "Quilombos e revoltas escravas no Brasil". *Revista USP*, vol. 28. São Paulo, USP, 1995/1996, pp. 14-39.
- RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. 5ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977 [1905, 1932].
- SCHWARTZ, S. B. "Mocambos, Quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil colonial". *Estudos Econômicos*, vol. 17, n. especial. São Paulo, 1988, pp. 61-88.
- \_\_\_\_\_. "Repensando Palmares: Resistência escrava na colônia". *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, Edusc, 2001, pp. 213-255.
- SOUZA, M. de M. "Kilombo em Angola: Jagas, abundos, portugueses e as circulações atlânticas". In: PAIVA, E. F. & SANTOS, V. S. (orgs.). *África e Brasil no mundo moderno*. Belo Horizonte, Annablume, 2012, pp. 135-152.
- THORNTON, J. K. "Early Kongo-Portuguese relations: A new interpretation". *History in Africa*, vol. 8. Cambridge, Cambridge University Press, 1981, pp. 183-204.
- \_\_\_\_\_. "Les États de l'Angola et la formation de Palmares (Brésil)". *Annales. Histoire, Sciences sociales*, 63<sup>e</sup> année, Éditions de l'EHESS, 2008, pp. 769-797.
- \_\_\_\_\_. "Angola e as origens de Palmares". In: GOMES, F. (org.). *Mocambos de Palmares: Histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2010, pp. 48-60.
- VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil*. 7ª ed., vol. 3. São Paulo, Melhoramentos, 1962 [1854].